ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 1206, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

REGULAMENTA A LEI Nº 930/2018, QUE CRIOU A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO E DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU (PREVI - JUCURUTU) - DISPONDO ESTE DECRETO SOBRE O FUNCIONAMENTO, AS ATRIBUIÇÕES E A FORMA DE REMUNERAÇÃO DE SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jucurutu-RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de Lei nº 930 de 01 de Novembro de 2018, que criou a Junta Médica Oficial de Perícias Médicas do Município e da PREVI- Jucurutu;

CONSIDERANDO que Junta Médica foi criada com a finalidade de proceder a avaliação, inspeção, perícia médica, análise de atestados e outros procedimentos assemelhados nos servidores públicos municipais em atividade, aposentados, pensionistas e naqueles que vierem a ingressar no serviço público municipal, com a emissão de laudos e pareceres técnicos;

CONSIDERANDO que a lei 930/2018, dispõe que o funcionamento, as atribuições e a forma de remuneração dos membros da Junta Médica se dará mediante Decreto do prefeito Municipal.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DO FUNCIONAMENTO DA JUNTA MÉDICA

Art. 1º. O presente Decreto tem por objetivo regulamentar a Junta Médica oficial criada pela lei 930/2018, composta por 03(três) médicos, sendo 02(dois) médicos do quadro de servidores efetivo ou temporário do Município e 01(um) médico do Instituto de Previdência Própria do Município de Jucurutu.

Parágrafo único - A Junta Médica oficial do Município funcionará de forma permanente, podendo se reunir semanalmente ou a cada 15 (quinze) dias, com o objetivo de unificar suas ações e emitir pareceres médicos acerca dos casos submetidos a sua apreciação, caberá a Junta Médica convocar Reuniões Extraordinárias.

Art. 2º - Os membros da Junta Médica Oficial serão nomeados através de Portaria pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, para o exercício de 02 (dois) anos, podendo serem substituídos de acordo com o interesse público.

Parágrafo único - Os médicos nomeados para integrarem a Junta Médica Oficial poderão se desligar mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - O atestado ou laudo médico apresentado pelo servidor, passado por médico ou junta médica particular, com prazo superior a 05(cinco) dias, somente produzirá efeitos após a sua homologação por um dos membros da Junta Médica Oficial de Jucurutu /RN.

§ 1º - Para homologação do atestado ou laudo dentre outros, serão fatores condicionantes: Constar o CID – Código Internacional de Doenças, data, número do registro do Conselho Regional de Medicina – CRM, e a assinatura do médico emissor. Nos casos de laudo ou atestado médico, cujo período de afastamento seja por tempo

indeterminado, caberá aos membros da Junta médica analisar caso a caso, podendo homologá-los ou não.

§ 2º - Não havendo a homologação do atestado ou do laudo médico a que se refere o parágrafo anterior, o servidor público municipal reassumirá as suas funções, sendo considerada como falta(s) injustificada(s) o(s) dia(s) que alegou está doente.

Art. 4º – Deverá a Junta Médica marcar a data de reavaliação do servidor ao término do seu afastamento por motivo de incapacidade, o qual poderá ser cessado, prorrogado, ou ainda indicada a aposentadoria por invalidez, nos termos da Lei Complementar nº 04 de 03 de Julho de 2006 e da Lei nº 861 de 29 de junho de 2016. Na ocasião, o servidor será informado que o não comparecimento injustificado implicará na suspensão do pagamento do benefício de até quinze dias, cessando o seu efeito com o comparecimento à Junta Médica.

I - Caso o servidor esteja hospitalizado ou impossibilitado de locomover-se, os membros da Junta Médica poderão deslocar-se até onde o servidor estiver para realizar a perícia;

II – Caso o servidor não compareça à Junta Médica na data estabelecida para ser reexaminado com vistas à prorrogação, ocorrerá a cessação de sua licença ou aposentadoria;

III - A Secretaria de Administração comunicará ao servidor sobre a nova data e horário do exame. Em caso de ausência ao exame, a Junta Médica informará a Secretaria de Administração, com a possibilidade de o servidor remarcar apenas uma única vez a data para um novo exame.

Art. 5º - Caberá pedido de reconsideração em face das decisões da Junta Médica, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do ato, desde que apresentados elementos probatórios que venham infirmar o entendimento do colegiado.

Parágrafo único - Recebido o pedido de reconsideração, a Junta Médica oficial terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir laudo médico.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DA JUNTA MÉDICA

Art. 6º - São atribuições dos membros da Junta Médica Oficial:

I - Realizar perícia médica na admissão dos servidores públicos pela administração pública municipal;

II - Emitir parecer médico quanto aos pedidos de readaptação de função, reversão e aproveitamento de servidores de acordo com o disposto no Regime Jurídico dos Servidores do Município, lei 04/2006;

III - Atestar e/ou ratificar a necessidade de licença para tratamento de saúde do servidor municipal, cujas regras para sua concessão estão contidas nas leis 04/2006 e 861/2016, devendo a Junta Médica determinar o período de afastamento do servidor;

IV- Avaliar e homologar o laudo, parecer ou atestado, passado por médico ou junta médica particular, entendendo pela sua validade ou não;

V- Atestar e/ou ratificar atestado, quanto a necessidade de acompanhamento do servidor público à pessoa da família (cônjuge ou companheiro(a), padrasto ou madrasta, ascendente ou descendente) que esteja doente, nos termos do artigo 86 da Lei 04/2006;

VI- Emitir e/ou ratificar laudo médico para os casos de aposentadoria por invalidez;

VII – Solicitar o comparecimento do servidor à Junta Médica, sempre que julgar necessário, a fim de comprovação do seu estado de saúde;

VIII - A Junta Médica Oficial é vedada a prescrição de medicação aos servidores examinados;

IX- Solicitar exames complementares, quando estes forem indispensáveis a conclusão do parecer médico, nas hipóteses elencadas nos itens II ao V deste artigo;

X- Encaminhar servidores desta municipalidade, temporários e ocupantes de cargos em comissão, à perícia do Instituto Nacional de Previdência Social(INSS);

XI- Efetuar visitas aos servidores que estejam em gozo de algum benefício concedido pela Junta Médica oficial;

XII- Realizar a verificação dos casos das adaptações funcionais no local de trabalho;

XIII- Relatar aos membros médicos as constatações e/ou conclusões obtidas em suas diligências, as quais servirão de subsídio para a análise dos requerimentos e solicitações que chegam a Junta Médica Oficial;

XIV- Confeccionar relatório, que deverá ser apreciado por todos os integrantes desta Junta Médica Oficial;

XV- Discutir e emitir parecer referente aos relatórios de acidente de trabalho e ou de doenças profissionais, que acometerem servidores do Município de Jucurutu/RN;

XVI – Requisitar em casos específicos, avaliação de médico especialista, desde que essa avaliação seja imprescindível para a conclusão do laudo da junta médica;

XVII- Executar outras atribuições legalmente previstas.

§ 1º- Nas hipóteses previstas no artigo anterior, as decisões poderão ser tomadas pelos membros individualmente ou de forma colegiada, conforme a complexidade do caso submetido a apreciação;

§ 2º – Independente das atribuições arroladas nos incisos anteriores, a Junta Médica Oficial exercerá outras atividades relacionadas a área de medicina, sempre que solicitada pela Administração Municipal.

CAPÍTULO III DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS

Art. 7º- A forma de remuneração dos membros da Junta Médica, não será pecuniária, mas sim, mediante a concessão de um dia de folga em sua carga horária, para cada dia de trabalho prestado na Junta Médica Oficial.

. CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - A conclusão final da decisão da Junta Médica, resultante na emissão do Laudo, será remetida para a Procuradoria Jurídica do Município para emissão parecer jurídico e em seguida enviada à Secretaria de Administração para fins de cumprimento da decisão, nos casos de interesse do município.

A Secretaria Municipal de Administração através de Ato Administrativo competente promoverá a juntada e arquivamento junto à pasta funcional de cada servidor submetido à inspeção.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jucurutu/RN, 10 de Janeiro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:7F2A180F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 11/01/2019. Edição 1933
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>